


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1007825-36.2017.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerentes: **Adriana Fragali**, Solteira, Brasileiro, Professora, RG 28.988.807-4, CPF 195.102.168-10, residente e domiciliada nesta cidade na Rua João de Oliveira, 733, Vila Carmem - CEP 13560-970.
 Requerido : **João Fragali**, RG 10.821.310-9-SSP/SP, CPF 833.141.808-53, filho de Cândido Fragali e de Helena Santinon Fragali, falecido em 14/02/2017.

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

A requerente pretende a expedição de alvará judicial para poder sacar resíduos creditórios previdenciários e o saldo existente na conta corrente 0010050-1, agência 2824-0, do BANCO BRADESCO S/A, bem como para alienar e transferir o veículo "VW, KOMBI PICK UP, ano/modelo 1991, cor branca, combustível gasolina, placa CLT 4836, chassi 9BWZZZ26ZMP007205", deixados em decorrência do passamento de seu genitor requerido, que faleceu em 14/02/2017. Mandatos à fl. 22. Documentos diversos às fls. 05/21 e 23/24.

É o relatório. Fundamento e decido.

A legitimidade da requerente pleitear o levantamento dos resíduos dos créditos previdenciários, bem como o saque do saldo em conta bancária e a transferência do inanimado decorre do passamento de seu genitor João Fragali, ocorrido em 14/02/2017, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos (fls. 10). Nela consta que o falecido era viúvo, não deixou bens nem testamento conhecido.

A requerente é filha do falecido, portanto, herdeira necessária e hábil a pleitear esses saques e transferência (art. 1.784 c.c. o inciso IV, do art. 1.829, todos do Código Civil). Além da requerente o falecido deixou outros dois filhos, qua também participaram do instrumento de mandato de fl. 22.

A requerente ficará responsável pelo pagamento da cota-parte de cada herdeiro nesses bens, de acordo com o artigo 272 do CC. Acontece que o mandato de fl. 22 restringiu a atuação da advogada ao pedido de alvará para a alienação do veículo acima referido. Essa limitação poderá ser superada pela exibição de mandato judicial extenso e capaz de viabilizar a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

atuação profissional ao pedido de alvará para todas as situações acima delineadas. Necessário que o respectivo instrumento, firmado pelos coerdeiros, seja apresentado nos autos para que os alvarás discriminados na parte dispositiva desta sentença possam ser cumpridos pela requerente.

DEFIRO O PEDIDO INICIAL para conceder **ALVARÁS** para que o Espólio do requerido, a ser representado pela requerente **Adriana Fragali** (supraqualificados), possa: **1) sacar no INSS** o valor dos resíduos de créditos dos benefícios NBs nº 21/151.228.719/6 e 42/88.157.745-6 (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional), indicados no comunicado da autarquia, constante dos autos (fls. 11); **2) sacar** o saldo existente na conta corrente 0010050-1, agência 2824-0, do Banco HSBC, incorporado pelo **BANCO BRADESCO S/A**, em nome do falecido João Fragali (supraqualificada); **3) proceder** perante o DETRAN à **transferência do veículo** "VW, KOMBI PICK UP, ano/modelo 1991, cor branca, combustível gasolina, placa CLT 4836, chassi 9BWZZZ26ZMP007205", para o seu nome ou para quem lhe aprouver. As autorizações judiciais compreendem os poderes para a assinatura em papéis e documentos para a consecução desses objetivos, inclusive receber, dar quitação, encerrar a conta bancária, e para a venda/alienação/transferência do veículo. **O Banco deverá entregar à autorizada cópia do termo de encerramento da conta.** Prazo de validade dos alvarás: 180 dias. Esta sentença valerá como instrumentos de **ALVARÁS** para os fins aqui expressos. Só depois da regularização do mandato judicial, nos termos do quanto consignado no último parágrafo da fundamentação desta sentença, é que será possível a utilização dos respectivos instrumentos. A Serventia, oportunamente, lançará certidão da regularização dessa exigência para que os alvarás possam ser materializados (acompanhados da certidão) comprovando sua imediata eficácia.

A requerente ficará responsável pelo pagamento da cota-parte de cada herdeiro nesse bem, de acordo com o artigo 272 do CC.

P.I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, oportunamente, desde que satisfeita a condição acima discriminada.

São Carlos, 31 de julho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA